



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

PROPOSTA CP Nº 49/2022

Processo: 00.006357/2022-15

Tipo do Processo: Finalístico: Proposta do Colégio de Presidentes (CP)

Assunto: Proposta Nº 49/2022 - CP: Uniformização da aplicação da Resolução 1.121/2019.

Interessado: Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua

EMENTA: Uniformização da aplicação da Resolução nº 1.121 de 13 de dezembro de 2019, no que tange a relação Responsável Técnico por quantidade de empresas atendidas e suas consequências.

O Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 1º e 11 de seu Regimento, aprovado pela Resolução nº 1.012, de 10 de dezembro de 2005, do Confea, reunidos de forma híbrida, em Teresina-PI, no período de 30 de novembro e 1º e 2 de dezembro de 2022, aprovam a proposta oriunda dos Creas da Região Nordeste, com o seguinte teor:

a) Situação Existente:

A Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, passou a estabelecer um novo marco regulatório para os procedimentos de análise e concessão de registro das pessoas jurídicas pelos Creas, revogando as disposições anteriormente previstas pela Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989.

Dentre outros aspectos, o referido normativo excluiu a limitação anteriormente imposta pelo Parágrafo Único do Artigo 18 da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, o qual determinava que *“Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual”*, passando a estabelecer em seu Artigo 17 que *“O profissional poderá ser responsável técnico por mais de uma pessoa jurídica”*.

O referido normativo, apesar de conter importantes mudanças e inovações em sua estrutura, necessita que a sua aplicação e operacionalização ocorram de forma padronizada em todo território nacional, evitando a indesejável prática de diferentes interpretações das suas disposições e adoção de procedimentos distintos por parte dos Creas, sobretudo, no que se refere à forma de atuação do responsável técnico e os critérios estabelecidos em relação ao número possível de empresas que assegure, de maneira aceitável e sem ferir direitos fundamentais, a efetiva e indispensável participação do profissional.

Finalmente, ressalta-se que o Confea, através da Decisão Plenária nº PL-0243/2021, autorizou a criação do Grupo de Trabalho para elaboração de entendimentos e/ou Decisão Normativa sobre a Resolução nº 1.121/2019, sendo do conhecimento deste órgão consultivo que o referido GT optou pela proposta de elaboração de Decisão Normativa, a qual já se encontra em tramitação interna no Conselho Federal.

b) Proposição:

1. Que a Decisão Normativa proposta pelo Grupo de Trabalho para elaboração de entendimentos e/ou Decisão Normativa sobre a Resolução nº 1.121/2019 contemple orientações sobre os possíveis parâmetros que poderão ser adotados pelos Conselhos Regionais em relação à aplicação do Artigo 17 da Resolução nº 1.121/2019, sendo sugerido considerar os seguintes critérios:

a) Jornada mínima semanal cumprida pelo responsável técnico, em função da natureza da atividade técnica exercida pela(s) empresa(s);

b) Compatibilidade entre o local em que se encontra sediada a empresa e o endereço de residência/domicílio do responsável técnico;

c) Compatibilidade do exercício cumulativo do cargo de responsável técnico, em função da natureza da atividade técnica exercida pelas empresas envolvidas;

d) Diligência prévia para verificação da efetiva participação do responsável técnico junto à(s) empresa(s);

e) Declaração de anuência das empresas em relação ao exercício cumulativo da atividade de responsável técnico.

2. Caso haja impossibilidade para a contemplação dos critérios acima elencados na proposta de Decisão Normativa supracitada, solicita-se que o Confea considere os mesmos para efeito de orientação junto aos Conselhos Regionais, através de Ofício Circular.

c) Justificativa:

Considerando a imperiosa necessidade da uniformização da aplicação e operacionalização da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, por parte dos Conselhos Regionais.

Considerando que o artigo 17 da Resolução 1.121, de 13 de dezembro de 2019 não deixa claro de que forma poderá ser analisada a quantidade de empresas assumidas pelo responsável técnico.

Considerando a importância fundamental da figura do responsável técnico no processo de registro de empresas, uma vez que cabe ao mesmo participar efetivamente dos trabalhos realizados sob a sua responsabilidade e previstos no respectivo Contrato de Prestação de Serviços firmado, de forma a não caracterizar prática de acobertamento, ou seja, aquela em que ocorre *“uso indevido do nome do profissional, quando este se apresenta formalmente como responsável técnico por determinada obra ou serviço sem, no entanto, participar efetivamente dos trabalhos”*, como assim ressalta a Decisão Normativa do Confea nº 111, de 30 de agosto de 2017, em seu Art. 1º, Parágrafo Único.

d) Fundamentação Legal:

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Resolução nº 1.012, de 10 de dezembro de 2005;

Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019.

e) Sugestão de Mecanismos para Implementação:

Encaminhar o assunto à Gerência de Relacionamento Institucional-GRI, para instrução e posterior envio à Unidade Administrativa do Confea para providências.

FOLHA DE VOTAÇÃO

CREA	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	OBSERVAÇÃO
Crea-AC	-	-	X	-
Crea-AL	X	-	-	-
Crea-AM	X	-	-	-
Crea-AP	-	X	-	-
Crea-BA	X	-	-	-
Crea-CE	X	-	-	-
Crea-DF	X	-	-	-
Crea-ES	X	-	-	-
Crea-GO	X	-	-	-
Crea-MA	X	-	-	-
Crea-MG	X	-	-	-
Crea-MS	X	-	-	-
Crea-MT	-	-	-	AUSENTE
Crea-PA	X	-	-	-
Crea-PB	X	-	-	-
Crea-PE	X	-	-	-
Crea-PI	-	-	-	COORDENADOR
Crea-PR	-	X	-	-
Crea-RJ	X	-	-	-
Crea-RN	X	-	-	-
Crea-RO	-	X	-	-

Crea-RR	-	X	-	-
Crea-RS	-	X	-	-
Crea-SC	-	X	-	-
Crea-SE	-	X	-	-
Crea-SP	-	X	-	-
Crea-TO	-	X	-	-
TOTAL	15	9	1	
Desempate do Coordenador				

	Aprovado por unanimidade	X	Aprovado por maioria		Não aprovado
--	--------------------------	---	----------------------	--	--------------



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Ulisses de Oliveira Filho, Presidente do Crea-PI**, em 05/12/2022, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0689396** e o código CRC **D7DE4198**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 00.006357/2022-15

SEI nº 0689396